

# Entrevista

**JOSÉ SILVA PENEDA**

Presidente do Conselho Económico e Social

## «Com as medidas tomadas, o FMI já cá está»

Ex-ministro rejeita necessidade de flexibilização dos despedimentos. «A não ser que se queira tornar as relações laborais iguais à compra de um automóvel»

**JOÃO PAULO MADEIRA**  
joao.madeira@sol.pt

NUM momento em que Governo, sindicatos e entidades empresariais discutem mudanças nas regras dos despedimentos, o presidente do CES – Conselho Económico e Social avisa que a flexibilização do mercado laboral não deve ser uma prioridade. Para Silva Peneda, antigo ministro do Emprego de Cavaco Silva, mudar a legislação não aumenta a competitividade do país.

**Os parceiros sociais estão a discutir o pacote de medidas para o crescimento e o emprego. É o momento para fazê-lo?**

As medidas pretendem de algum modo dar alguma dimensão económica ao ano de 2011 e são positivas nesse sentido. O Orçamento do Estado para este ano (OE2011) não tem dimensão económica nem social, e é necessário um equilíbrio entre a consolidação das finanças públicas e o crescimento da economia.

**É crítico face ao OE. Não concorda com o corte de salários?**

Não. O CES, no parecer relativo ao OE2011, foi muito crítico quanto à forma como os cortes foram feitos: é uma medida injusta, porque atingiu apenas um grupo específico da sociedade, os funcionários públicos. E o OE segue uma estratégia assente apenas na redução da procura interna – aumento de im-

postos e corte de salários –, que conduz à recessão.

**Quais eram as alternativas? Na Grécia ou na Irlanda também houve cortes...**

O problema é que, quando se tomam medidas em cima de joelho, fomentam-se os cortes cegos. O nosso parecer aponta para outras alternativas. Os cortes têm de ser vistos caso a caso: cada ministério e cada empresa é uma realidade, tem de haver adaptação. E, para fomentar o crescimento, o CES defende uma via que discrimine de forma positiva a produção de bens transaccionáveis.

**É preciso mudar as leis laborais?**

Pensar que se cria emprego modificando a lei é uma estupidez. Só se cria emprego com crescimento económico. Não vejo a mudança das leis laborais como uma prioridade. Cria-se um conflito artificial e agitação social sobre um problema que, na prática, não resolve nada.

**Mas um dos temas em discussão em concertação são os despedimentos...**

Para isso não é preciso rever a legislação laboral. São aspectos de pormenor.

**Mas estão a gerar conflitos...**

Vamos ver o que vai dar. Pode haver alterações em aspectos de pormenor, mas só naqueles que reúnem consenso entre os parceiros sociais. Não deve insistir-se naqueles em que se prevê conflitualidade. A maior parte dos acordos de despedimento que conheço até implicam in-

“

**Quando se tomam medidas em cima do joelho, fomentam-se os cortes cegos**

**Redução de vencimentos na Função pública é uma medida injusta**

**Mudar a legislação laboral cria um conflito artificial e não melhora a competitividade**

**Há clichés sobre o mercado laboral português nas instâncias europeias e internacionais**

demnizações superiores a um mês por ano de antiguidade. Definir tectos máximos não faz sentido, porque tira liberdade à negociação. Se os parceiros sociais estiverem de acordo em avançar,

HELENA GARCIA



Antigo ministro do Emprego de Cavaco Silva defende mais apoios à

muito bem. Mas criar conflitualidade parece-me negativo.

**Um dos pontos que recorrentemente vem à baila é o despedimento individual. É demasiado rígido?**

Não é verdade. Hoje, com o período experimental, pode haver despedimentos quando bem apetece a qualquer uma das partes. Não vejo necessidade de se alterar a lei, a não ser que se queira fazer da relação laboral um contrato igual à compra de um automóvel. Não é por aí que a competitividade melhora.

**A eventual entrada do FMI não provocaria mudanças no mercado laboral?**

O FMI, para mim, já cá está. As medidas que foram tomadas não andam muito longe das do fundo, quando aparece. Na última visita regular do FMI a Portugal, expliquei – e penso que compreenderam – que a mudança da legislação laboral não é a panaceia do país. Mas, quando se fala de Portugal nas instâncias internacionais ou europeias, há clichés: as finanças públicas e o mercado laboral. Quem conheça

a realidade objectiva do nosso mercado laboral não pode fazer essa afirmação. O que é que eles poderiam querer mudar?

**Fala-se no salário mínimo e nos despedimentos individuais...**

Mas o que tem isso tem a ver com a competitividade das empresas? Tem a ver com a perseguição individual de um trabalhador dentro da empresa. Acredita que, se houvesse a possibilidade de um patrão despedir quem quisesse, quando quisesse, isso tornaria as empresas mais competitivas?

**E o salário mínimo? Há quem argumente que uma redução salarial no privado aumentaria a competitividade.**

É errado pensar assim. A não ser que queiramos fazer produtos semelhantes aos da China, com o mesmo regime chinês, sem direitos sociais, sem protecção ambiental. É um modelo obsoleto e que faria com que os melhores trabalhadores saíssem do país, para os EUA, Brasil ou Reino Unido. Como é que um país pode desenvolver-se apenas com os mais incapazes?